

Integração
Transmissora de
Energia S.A. -
INTESA

**Relatório sobre a revisão de
demonstrações financeiras
intermediárias em 31 de março de
2019**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório dos auditores sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações dos resultados | 6 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 9 |
| Demonstrações do valor adicionado | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA
Brasília – Distrito Federal

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de informações intermediárias.



Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 "S" CE


Marcelo Pereira-Gonçalves
Contador CRC 1SP 220026/O-3


Hidelbrando de Oliveira Abreu
Contador CRC BA-029520/O-7

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 31/03/2019 | 31/12/2018 | Passivo e patrimônio líquido | Nota | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 48.232 | 190.567 | Fornecedores | 12 | 22.621 | 4.410 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7 | 2.847 | 3.435 | Folha de Pagamento | | 832 | - |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 8 | 2.793 | 2.621 | Debêntures | 13 | 5.520 | 2.124 |
| Ativo financeiro da concessão | 10 | 171.597 | 226.332 | Dividendos propostos | | 16.062 | 16.062 |
| Outros ativos | 9 | 1.116 | 6.609 | Impostos e contribuições a recolher | 14 | 2.584 | 2.056 |
| | | | | Impostos e contribuições sobre o lucro | | 4.754 | 4.351 |
| Total do ativo circulante | | 226.585 | 429.564 | Incentivos fiscais | 15 | 539 | 539 |
| | | | | Encargos setoriais | 16 | 4.151 | 3.930 |
| | | | | Outros passivos | | 398 | 1.122 |
| Não circulante | | | | Total do passivo circulante | | 57.461 | 34.594 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7 | 3.073 | 207 | Não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | | 32 | 32 | Debêntures | 13 | 198.014 | 199.874 |
| Ativo financeiro da concessão | 10 | 479.616 | 371.614 | Impostos e contribuição social diferidos | 18 | 63.783 | 54.156 |
| Ativo de contratos | 11 | 36.648 | 78.309 | PIS e COFINS diferidos | 17 | 58.789 | 54.967 |
| Imobilizado | | 986 | 281 | Incentivos fiscais | 15 | 12.856 | 12.990 |
| Intangível | | 663 | 663 | Total do passivo não circulante | | 333.442 | 321.987 |
| Total do não ativo circulante | | 521.018 | 451.106 | Patrimônio líquido | 21 | | |
| | | | | Capital social | | 188.556 | 188.556 |
| | | | | Reserva legal | | 5.563 | 5.563 |
| | | | | Reserva de incentivos fiscais | | 75.543 | 75.543 |
| | | | | Reserva de retenção de lucros | | 84.427 | 254.427 |
| | | | | Lucros acumulados | | 2.611 | - |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 356.700 | 524.089 |
| Total do ativo | | 747.603 | 880.670 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 747.603 | 880.670 |

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do resultado

períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 31/03/2019 | 31/03/2018 (Reapresentado) |
|--|------|----------------|-------------------------------|
| Receita líquida | 22 | 45.248 | 44.303 |
| Custo dos serviços prestados | 23 | (28.726) | (13.505) |
| Lucro bruto | | 16.522 | 30.798 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 24 | (865) | (820) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 15.657 | 29.978 |
| Receitas financeiras | 25 | 2.497 | 641 |
| Despesas financeiras | 25 | (4.828) | (2.111) |
| Resultado financeiro líquido | | (2.331) | (1.470) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 13.326 | 28.508 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 18 | (3.077) | (8.820) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 18 | (9.627) | (3.288) |
| Subvenção do imposto de renda | 18 | 1.989 | 2.831 |
| Lucro líquido do período | | 2.611 | 19.231 |
| Lucro líquido do período, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$ | 21 | 0,02 | 0,11 |
| Quantidade de ações, por lote de mil ações, no final do período | | 170.000 | 170.000 |

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do resultado abrangente períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 (Reapresentado) |
|--|---------------------|-------------------------------|
| Lucro líquido do período | 2.611 | 19.231 |
| Resultado abrangente | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente do período | <u>2.611</u> | <u>19.231</u> |

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | Reservas de lucros | | | | | | Total | |
|--|--------------------|---------------|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---------------|-------------------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucro | Subsídios para Incentivos fiscais | Reserva de lucro a realizar | Dividendos adicionais propostos | | Lucros acumulados |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 170.000 | 18.556 | 172.186 | 59.054 | - | - | - | 419.797 |
| Ajuste na aplicação inicial do CPC47/IFRS15, líquido de impostos | - | - | - | - | - | - | 9.099 | 9.099 |
| Saldos rerepresentados em 1º de janeiro de 2018 | 170.000 | 18.556 | 172.186 | 59.054 | - | - | 9.099 | 428.896 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | 19.231 | 19.231 |
| Saldos rerepresentados em 31 de março de 2018 | 170.000 | 18.556 | 172.186 | 59.054 | - | - | 28.330 | 448.127 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 188.556 | 5.563 | 172.186 | 75.543 | 51.264 | 30.977 | - | 524.089 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | 2.611 | 2.611 |
| Distribuição de dividendos adicionais (Nota 21) | - | - | (170.000) | - | - | - | - | (170.000) |
| Saldos em 31 de março de 2019 | 188.556 | 5.563 | 2.186 | 75.543 | 51.264 | 30.977 | 2.611 | 356.700 |

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 (Reapresentado) |
|--|------------------|-------------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do período | 2.611 | 19.231 |
| Ajuste para: | | |
| Depreciação | 15 | 15 |
| Juros sobre debêntures | 4.604 | 1.978 |
| Receita de O&M | (8.526) | (7.502) |
| Remuneração do ativo financeiro | (22.419) | (22.507) |
| Receita financeira de ativo contratual | (538) | (1.449) |
| PIS e COFINS diferidos | 3.822 | 1.153 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 1.088 | 958 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.627 | 8.319 |
| | <u>(9.716)</u> | <u>196</u> |
| Variações nas contas do ativo e passivos circulantes e não circulantes | | |
| Ativo de contrato, líquido dos juros capitalizados | 42.199 | 2.331 |
| Impostos e contribuições a recuperar | (2.450) | 44 |
| Outros créditos a receber | 2.425 | 175 |
| Fornecedores, líquido de adiantamentos a fornecedores | 18.211 | (2.158) |
| Folha de Pagamento | 832 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 528 | (653) |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | (685) | - |
| Remuneração recebida do ativo financeiro da concessão | 25.692 | 22.732 |
| Investimento em ativo financeiro da concessão | (48.014) | (9.753) |
| Outras contas a pagar | (638) | (329) |
| | <u>28.384</u> | <u>12.585</u> |
| Caixa proveniente atividades operacionais | | |
| Juros pagos | - | (1.855) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (2.125) |
| | <u>28.384</u> | <u>8.605</u> |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | |
| | <u>28.384</u> | <u>8.605</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Títulos e valores mobiliários | - | 25.400 |
| Aquisição de ativo imobilizado | (720) | - |
| | <u>(720)</u> | <u>25.400</u> |
| Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento | | |
| | <u>(720)</u> | <u>25.400</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Dividendos e JCP pagos aos acionistas | (169.999) | - |
| Amortização de financiamentos | - | (7.879) |
| | <u>(169.999)</u> | <u>(7.879)</u> |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | |
| | <u>(169.999)</u> | <u>(7.879)</u> |
| (Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | |
| | <u>(142.335)</u> | <u>26.126</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 190.567 | 96 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 48.232 | 26.222 |
| (Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | <u>(142.335)</u> | <u>26.126</u> |

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 (Reapresentado) |
|--|---------------|-------------------------------|
| Receitas | | |
| Receita financeira (atualização do ativo contratual) | 22.419 | 22.507 |
| Receita de O&M | 8.526 | 7.502 |
| Receita de construção | 21.762 | 17.860 |
| Outras receitas | 2.635 | 2.269 |
| | <u>55.342</u> | <u>50.138</u> |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | |
| Material de consumo | 133 | 101 |
| Serviços de terceiros | 2.944 | 2.750 |
| Custo de construção | 25.052 | 9.753 |
| Outras despesas | 16 | 463 |
| | <u>28.145</u> | <u>13.067</u> |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia | <u>27.197</u> | <u>37.071</u> |
| Valor adicionado em transferência | | |
| Receitas financeiras | 2.497 | 642 |
| | <u>2.497</u> | <u>642</u> |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>29.694</u> | <u>37.713</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | 1.222 | 916 |
| FGTS | 57 | 49 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 19.379 | 13.716 |
| INSS | 167 | 190 |
| Estadual | 1 | 28 |
| Encargos do Setor | 1.283 | 1.279 |
| Taxa de Fiscalização Aneel | 146 | 118 |
| Financiadores | | |
| Despesas financeiras | 224 | 133 |
| Juros BNDES | 4.604 | 1.978 |
| Alugueis | - | 75 |
| Lucro líquido do período | <u>2.611</u> | <u>19.231</u> |
| Valor adicionado | <u>29.694</u> | <u>37.713</u> |

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Integração Transmissora de Energia - INTESA (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 20 de dezembro de 2005, tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica suas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

2 Concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2006, assinado em 27 de abril de 2006, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período.

Com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 65.349, a RAP da concessionária é reajustada anualmente. A partir do décimo sexto ano de operação comercial, a RAP da Companhia será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a RAP faturada (por intermédio dos Avisos de Crédito - AVC e o subsídio da CDE) aos usuários do sistema de transmissão foi de R\$ 42.727.

Abaixo, as instalações de transmissão da Companhia, conforme contrato de concessão:

| Trecho | Extensão | | |
|-----------------------------|----------|------------|--------|
| | Kv | Km | Estado |
| Colinas- Miracema | 500 | 173 | TO |
| Miracema - Gurupi | 500 | 255 | TO |
| Gurupi -Peixe 2 | 500 | 72 | TO |
| Peixe 2 - Serra da Mesa 2 | 500 | 195 | TO/GO |
| Extensão total da concessão | | <u>695</u> | |

Por solicitação do ONS - Operador Nacional do Sistema, a Companhia realizou um reforço em seu sistema, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.906 de 21/06/16, que foi concluído em janeiro de 2018. Esse reforço consistiu na troca do Banco de Capacitores Série - BCS existente na SE Peixe 2 com capacidade de 1.800 A para um BCS de 2.500 A. Esse investimento é parte de um projeto maior, quando haverá a troca de todos os BCS da Interligação Norte Sul, envolvendo inclusive outros concessionários de transmissão, proporcionando um aumento no escoamento de energia pelas linhas de transmissão já existentes.

Em 28 de março de 2017, foi emitida a Resolução Autorizativa ANEEL nº 6259, que abrange o reforço nas subestações de Miracema e Gurupi, conforme detalhados a seguir:

- O reforço para subestação de Miracema, concluído em Novembro/2018, consistiu na substituição de uma unidade do Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de 2.250 A, e uma unidade Reserva para Reator de Barra 550 kV, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 40.000; e,
- O reforço para subestação de Gurupi, consiste na substituição de duas unidades de Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de 2.250 A, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 60.000.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e em conformidade com o *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas demonstrações financeiras intermediárias.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas contábeis críticas utilizadas na preparação das presentes informações trimestrais são as mesmas descritas na Nota 3.3 das demonstrações financeiras completas da Companhia de 31 de dezembro de 2018, emitidas em 14 de abril de 2019.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

4 Reapresentação de saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. Considerando que conclusão sobre os impactos da aplicação inicial do IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente), vigentes ocorreram somente no último trimestre do ano, é necessária a reapresentação dos trimestres de 2018 apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras intermediárias de 2019.

A Administração da Companhia ajustou, de forma retrospectiva, na demonstração do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2018, decorrentes da mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial dos pronunciamentos citados acima, e seus impactos tributários correlacionados, conforme abaixo:

Demonstração do resultado do período de 3 meses findo em 31 de março de 2018

| | <u>Ref.</u> | <u>Apresentado</u> | <u>Ajustes</u> | <u>Reapresentado</u> |
|--|-------------|--------------------|----------------|----------------------|
| Receita líquida (a) | | 40.517 | 3.786 | 44.303 |
| Custo dos serviços | | (13.505) | - | (13.505) |
| Lucro bruto | | 27.012 | 3.786 | 30.798 |
| Despesas gerais e Administrativas | | (820) | - | (820) |
| Lucro operacional | | 26.192 | 3.786 | 29.978 |
| Resultado financeiro | | (1.470) | - | (1.470) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 24.722 | 3.786 | 28.508 |
| Imposto de renda e contribuição social (a) | | (5.644) | (3.633) | (9.277) |
| Lucro líquido do período | | 19.078 | 153 | 19.231 |

(a) Efeito no resultado em função do reconhecimento e mensuração dos ativos da concessão como ativos contratuais de acordo com o CPD47/IFRS15.

A demonstração do resultado abrangente do período de 3 meses findo em 31 de março de 2018 também sofreu o impacto total no lucro líquido demonstrado acima.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

| | Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 |
|--|---|
| Lucros acumulados | |
| Ativo contratual | 59.191 |
| Baixa de ativos financeiros | (35.915) |
| PIS/COFINS diferidos | (5.370) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (8.805) |
| | <u>9.099</u> |

A administração da Companhia concluiu pela imaterialidade dos impactos nos totais da demonstração do valor adicionado, bem como das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2018.

5 Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na Nota 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado a seguir na Nota 5.1. Portanto, essas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 15 de abril de 2019, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

5.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

CPC 06(R2)/IFRS 16 - arrendamentos

Em suas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia avaliou não existir impacto na aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-

los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia não sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

6 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|----------------------------|----------------------|-----------------------|
| Caixa e bancos | 159 | 135 |
| Aplicações financeiras (a) | <u>48.073</u> | <u>190.432</u> |
| Total | <u>48.232</u> | <u>190.567</u> |

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, principalmente, a Fundos de investimentos e CDB - Certificados de Depósitos Bancários. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 106,08% (107,13% em 31 de dezembro de 2018) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). A redução dessa rubrica se deu pelo fato da Companhia ter distribuído como dividendos adicionais grande parte da reserva de lucros acumulados.

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa nas operações das Companhias.

7 Impostos e contribuições a recuperar

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Circulante | | |
| ICMS a recuperar | 2.348 | 2.870 |
| INSS | 159 | 163 |
| PIS e COFINS | 340 | 402 |
| Total Circulante | <u>2.847</u> | <u>3.435</u> |
| Não circulante | | |
| ICMS a recuperar (CIAP) | <u>3.073</u> | <u>207</u> |
| Total não Circulante | <u>3.073</u> | <u>207</u> |

8 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| IRRF sobre aplicação financeira | 661 | 489 |
| IRPJ/CSLL a restituir | 1.898 | 1.898 |
| IRRF/CSLL retido na fonte | 234 | 234 |
| | <u>2.793</u> | <u>2.621</u> |

9 Outros ativos

| Outros ativos de curto prazo | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Custo de transação de captação de debêntures em andamento | 20 | 3.068 |
| Outras contas a receber | 460 | 679 |
| Subsídio CDE | 481 | 2.736 |
| Prêmio de seguros | 26 | 61 |
| Adiantamentos de empregados / fornecedores | 129 | 65 |
| | <u>1.116</u> | <u>6.609</u> |

10 Ativo financeiro da concessão

| | Ativo financeiro curto prazo | Ativo financeiro longo prazo | Total |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Saldo em 31/12/2017 | <u>157.699</u> | <u>428.427</u> | <u>586.126</u> |
| Atualização do Ativo Financeiro | 103.780 | - | 103.780 |
| Constituição / Capitalização | 74.976 | - | 74.976 |
| Baixas da Rap | (131.020) | - | (131.020) |
| Reclassificação | (35.916) | - | (35.916) |
| Transferências | 56.813 | (56.813) | - |
| Saldo em 31/12/2018 | <u>226.332</u> | <u>371.614</u> | <u>597.946</u> |
| Atualização do ativo financeiro | 19.695 | - | 19.695 |
| Constituição / Capitalização | 17.562 | - | 17.562 |
| Baixas da RAP | (30.107) | - | (30.107) |
| Reclassificação | 46.117 | - | 46.117 |
| Transferência | (108.002) | 108.002 | - |
| Saldo em 31 de março de 2019 | <u>171.597</u> | <u>479.616</u> | <u>651.213</u> |

11 Ativos Contratuais

| | |
|--|----------------------|
| Saldo em 31/12/2017 | <u>-</u> |
| Adoção inicial ao CPC 47 (transferência) | 35.916 |
| Adoção inicial ao CPC 47 (PL) | 23.275 |
| Adição | 19.118 |
| Saldo em 31/12/2018 | <u>78.309</u> |
| Adição | 4.456 |
| Reclassificação | (46.117) |
| Saldo em 31 de março de 2019 | <u>36.648</u> |

12 Fornecedores

Em 31 de março de 2019, o saldo de R\$ 22.621 (R\$ 4.410 em 31 de dezembro de 2018) de fornecedores, registrados no balanço patrimonial, referem-se aos serviços contratados para manutenção de instalações de transmissão e a ampliação da capacidade dos bancos de capacitores, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

13 Debêntures

Em 1º de novembro de 2018, a INTESA concluiu a 1ª emissão de debêntures, coordenada pelo Banco Itaú, no valor de R\$ 200.000, com o prazo de 84 meses, em duas séries sendo:

- A 1ª Série no valor de R\$ 100.000 com remuneração de IPCA + 5,4174% a.a. e destinação dos recursos ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer em projetos de transmissão de energia; e,
- A 2ª Série no valor de R\$ 100.000 com remuneração de CDI + 2,20% a.a. e destinação dos recursos para realização da liquidação antecipada do contrato de/ financiamento mediante a abertura de crédito nº 07.2.0333.1 firmado entre a INTESA e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDES.

Composição e movimentação das debêntures

| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
|----------------------------------|-----------------------|---------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 2.124 | 199.874 | 201.998 |
| Ingressos | - | - | - |
| Encargos | 3.396 | - | 3.396 |
| Variação monetária | - | 1.208 | 1.208 |
| Custo de transação (a) | - | (3.068) | (3.068) |
| Saldos em 31 de março de 2019 | <u>5.520</u> | <u>198.014</u> | <u>203.534</u> |

- (a) Decorre dos custos incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das debêntures.

Cronograma de amortização das debêntures

Em 31 de março de 2019, as parcelas relativas ao principal das debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

| | <u>2018</u> | |
|----------------|----------------|-------------|
| | Valor | % |
| Circulante | <u>5.520</u> | <u>3%</u> |
| 2023 | 67.027 | 33% |
| Após 2023 | <u>130.987</u> | <u>62%</u> |
| Não circulante | <u>198.014</u> | <u>97%</u> |
| Total | <u>203.534</u> | <u>100%</u> |

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a administração da Companhia avaliou que os termos do contrato foram atendidos.

14 Impostos e contribuições a recolher

| | <u>31/03/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|------------|-------------------|-------------------|
| ICMS | 225 | - |
| PIS/COFINS | 1.994 | 1.734 |
| IRRF | 8 | 35 |
| INSS | 285 | 122 |
| ISS | 33 | 83 |
| Outros | 39 | 82 |
| | <u>2.584</u> | <u>2.056</u> |

15 Incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial- TARE firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas e à importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, quando destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

| | <u>31/03/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Doações e subvenção para investimento | 13.395 | 13.529 |
| Circulante | 539 | 539 |
| Não circulante | 12.856 | 12.990 |

16 Encargos setoriais

| | <u>31/03/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Pesquisa e desenvolvimento | 4.002 | 3.783 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 99 | 98 |
| Ministério de Minas e Energia | 50 | 49 |
| | <u>4.151</u> | <u>3.930</u> |

17 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de março de 2019 o saldo de R\$ 58.789 (R\$ 54.967 em 31 de dezembro de 2018), refere-se ao diferimento do PIS e da COFINS relativos à 9,25% da receita de construção e ativos de contrato da Companhia. A liquidação dessa obrigação diferida ocorre pelo prazo da concessão à medida que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a) | | |
| Atualização do ativo financeiro/ativo de contrato | 63.783 | 54.516 |
| Total | 63.783 | 54.156 |

- a) A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro/ativo de contrato.

Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de março de 2019 e de 31 de março de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

| | 31/03/2019 | | 31/12/2018 | |
|---|-------------------|--------------|-------------------|---------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) | 39.579 | 39.579 | 146.566 | 146.566 |
| Alíquota fiscal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Pela alíquota fiscal | 9.895 | 3.562 | 36.641 | 13.191 |
| Adições: | | | | |
| Adições decorrentes do custo de construção - CPC 47 / IFRS 15 | 9.798 | 3.527 | 46.375 | 18.926 |
| | 9.798 | 3.527 | 46.375 | 18.926 |
| Exclusões: | | | | |
| Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual – CPC 47 / IFRS 15 | (17.704) | (6.001) | (50.888) | (19.492) |
| | (17.704) | (6.001) | (50.888) | (19.492) |
| IRPJ e CSLL | 1.989 | 1.088 | 32.128 | 12.625 |
| IRPJ e CSLL no resultado do período | 1.989 | 1.088 | 32.128 | 12.625 |

| | | | | |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos) | 5% | 3% | 22% | 9% |
| Ativo fiscal diferido | 7.079 | 2.548 | 2.779 | 1.000 |
| (-) IRPJ subvenção governamental | (1.989) | - | (16.489) | - |
| Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos | - | - | - | - |
| IRPJ e CSLL no resultado do período | <u>7.079</u> | <u>3.636</u> | <u>18.418</u> | <u>13.625</u> |
| Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido | <u>17,9%</u> | <u>9,2%</u> | <u>13%</u> | <u>9%</u> |

- (a) A Companhia obteve, em 2009, o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

19 Partes relacionadas

| | Ativo financeiro (Contas a receber) | Dividendos e juros sobre capital próprio | Fornecedores |
|--------------------------------------|--|---|--------------|
| Equatorial Energia S.A. | - | 16.062 | - |
| Saldos em 31 de março de 2019 | <u>-</u> | <u>16.062</u> | <u>-</u> |

20 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente, na esfera ambiental. Em 31 de março de 2019 e 2018, a administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota a probabilidade de ocorrência de quaisquer desembolsos de caixa.

Abaixo relação dos processos, cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos.

A Companhia recebeu 2 autuações do IBAMA por, supostamente, deixar de atender:

- Uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com a fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100; e,
- Uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000.

A Companhia entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todas as autuações informadas acima, relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas. Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perdas como possível e, portanto, em 31 de março de 2019 e 2018 não foram registrados quaisquer valores de provisão.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2019 é de R\$ 188.556 (R\$ 188.556 em 31 de dezembro de 2018), representado por 170.000.000 ações ordinárias de R\$ 1,11 cada. Em 31 de março de 2019, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

| | Quantidade de ações | Participação % |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Equatorial Energia S.A. | 169.999.995 | 100 |
| Outros acionistas minoritários | 5 | - |
| Total | 170.000.000 | 100 |

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, não houve mudanças na quantidade de ações. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

Distribuição de dividendos adicionais

Foram distribuídos no valor de R\$ 170.000 em março de 2019, os dividendos adicionais da Reserva de Retenção de Lucros, aprovados pela ata de 06 de fevereiro de 2019 da Reunião do Conselho de Administração, referentes aos lucros apurados até o exercício de 2018.

22 Receita líquida

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 (Reapresentado) |
|--|-------------------|---------------------------------------|
| Remuneração do ativo financeiro | 22.419 | 22.507 |
| Receita de operação e manutenção | 8.526 | 7.502 |
| Receita de construção bruta (a) | 21.762 | 17.860 |
| Receita de ativo de contrato | 538 | 1.449 |
| Outras receitas | 2.097 | 820 |
| Receita operacional bruta | 55.342 | 50.138 |
| Impostos | (8.665) | (4.439) |
| PIS/COFINS corrente | (4.223) | (2.665) |
| PIS/COFINS diferido | (4.441) | (1.773) |
| ISS | (1) | (1) |
| Encargos setoriais | (1.429) | (1.397) |
| Reserva global de reversão | (1.059) | (1.081) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (370) | (316) |
| Impostos e encargos sobre a receita | (10.094) | (5.836) |
| Receita líquida de serviços | 45.248 | 44.303 |

(a) Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

23 Custo do serviço e despesas operacionais

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Custo de operação | (140) | (575) |
| Serviços de terceiros | (2.566) | (2.476) |
| Pessoal | (968) | (701) |
| Custo de construção | <u>(25.052)</u> | <u>(9.753)</u> |
| | <u>(28.726)</u> | <u>(13.505)</u> |

24 Despesas gerais e administrativas

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|--|--------------|--------------|
| Pessoal | (479) | (348) |
| Administradores | - | (106) |
| Serviços de terceiros | (378) | (273) |
| Outros despesas gerais e administrativas | <u>(8)</u> | <u>(93)</u> |
| | <u>(865)</u> | <u>(820)</u> |

25 Resultado financeiro líquido

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento sobre aplicação financeira | 2.496 | 625 |
| Outras receitas financeiras | 1 | 16 |
| Total de receitas financeiras | <u>2.497</u> | <u>641</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos sobre empréstimos, financiamentos | - | (1.978) |
| Encargos sobre debêntures | (4.631) | - |
| Outras despesas financeiras | (197) | (133) |
| Total de despesas financeiras | <u>(4.828)</u> | <u>(2.111)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | <u>(2.331)</u> | <u>(1.470)</u> |

26 Instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros da concessão, ativos contratuais, fornecedores, debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida/EBITDA menor do que 4,5.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

a. Risco de crédito e risco de demanda

A atividade de transmissão é não competitiva. Não existe competição entre empresas (existe entre investidores, para obtenção da concessão).

O preço é regulado (tarifa) e denominado receita anual permitida (RAP). A Companhia não pode negociar preços com usuários. A receita RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em

caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

c. *Risco de taxa de juros*

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

d. *Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento*

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida - RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA (Lucro operacional + Depreciação)
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

Em 31 de março de 2019, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

27 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

| Ramo | Vigência | Importância segurada |
|------------------------------|-------------------------|---------------------------------|
| Riscos nomeados operacionais | 27/07/2018 a 27/07/2019 | 205.206 |
| Responsabilidade civil geral | 27/07/2018 a 27/07/2019 | 10.000 |

O contrato de concessão, firmado entre a Companhia e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que, durante o prazo de vigência da concessão, fica a Companhia obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das instalações de transmissão. A Companhia assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas.

28 Eventos subsequentes

Redução de capital social

Em 10 de abril de 2019 foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica o pleito para alterar o estatuto da Companhia, e assim reduzir o seu capital social no valor de R\$170.000.

Segunda emissão de debêntures

Em 08 de maio de 2019, a Companhia liquidou a Segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 250.000, com vencimento em março/2024 com taxa equivalente a 109% a.a. do CDI e a segunda série no montante total de R\$ 150.000 com vencimento em março/2026 com taxa equivalente à CDI + 1,10% a.a. Ambas destinaram-se para capital de giro da Companhia.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Junior

Eduardo Haiama

Tinn Freire Amado

Carla Ferreira Medrado

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Humberto Soares Filho

Conselho Fiscal

Geovane Ximenes de Lira

Tatiana Queiroga Vasques

Izabel Corina de Oliveira Carvalho

Reinaldo Weber Bezerra

Letícia Conceição Barbosa

Josivânio Alencar Santos

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Gabriel Torres Ferreira da Costa
Contador
CRC RJ 112528/O-6